

## Religiosos Ordenados, tentativa de solução a partir do “princípio da economia”

Francisco Taborda, SJ

### Resumen

*Diante do conflito entre a teologia do presbiterado, que vê o presbítero como membro do presbitério de um bispo, e a existência de religiosos presbíteros, procura-se uma solução a partir do “princípio da economia”. A “economia” é uma forma de fidelidade criativa aos cânones, tendo em vista a edificação da Igreja e a preservação de sua unidade. Os religiosos presbíteros, ordenados para um presbitério, são, pelo “princípio da economia”, liberados para um serviço mais amplo ao povo de Deus.*

*Ante el conflicto entre la teología del presbiterado, que ve al presbítero como miembro del presbiterio de un obispo, y la existencia de religiosos presbíteros, se busca una solución a partir del “principio de economía”. La “economía” es una forma de fidelidad creativa a los cánones, teniendo en cuenta la edificación de la Iglesia y la preservación de su unidad. Los religiosos presbíteros, ordenados para un presbiterio, son, por el “principio de economía”, liberados para un servicio más amplio al pueblo de Dios.*

A VR tem suas origens no laicato e é originariamente laical. Daí a pergunta sobre a justificativa para uma VR Clerical, ou seja, sobre a procedência de existirem religiosos que são ordenados diáconos, presbíteros (e também bispos). O problema crucial é, evidentemente, o do religioso presbítero, pois os religiosos diáconos são raros ou temporários e os religiosos bispos, na realidade, deixam a obediência e a comunidade religiosa, permanecendo, pois, unidos apenas afetivamente a sua ordem ou congregação de origem.

Por outro lado, a teologia do ministério ordenado no primeiro milênio do cristianismo e novamente depois do Concílio Vaticano II, reflete sobre o presbiterado a partir do episcopado e como participação na função do bispo na condição de membro do presbitério de um bispo numa Igreja local. A própria prece de ordenação da liturgia romana é clara neste sentido. Recorda como, no decurso da história da salvação, Deus deu auxiliares àqueles que ele constituiu como cabeças de seu povo: Moisés e os setenta anciãos, Aarão e seus filhos, Jesus e os apóstolos, estes e seus auxiliares. Fundamentado nesta lógica de Deus no decorrer da história, o bispo pede também para si os auxiliares de que necessita “para o exercício do sacerdócio apostólico”. Como fica aí o religioso que foi ordenado presbítero com essa prece, e, portanto, fundamentalmente para ser membro do presbitério do bispo que o ordenou, e, no entanto, não pertence, por direito, a nenhum presbitério?

Há alguns anos -mais exatamente em 2001- publiquei na Revista CLAR um artigo que procurava uma solução a esse problema a partir da história<sup>1</sup>, relacionando o religioso presbítero com os missionários ambulantes dos primeiros tempos da Igreja, revividos a partir da Idade Média pelos mendicantes. Tratava-se de uma hipótese, cujos fundamentos históricos podiam e deviam ser questionados. Mas a problemática mereceu a atenção de muitos outros teólogos. Uma visão de conjunto sobre a questão foi apresentada com muita competência pelo jesuíta peruano, professor na Universidade Gregoriana, de Roma, R. Zaz-Friz<sup>2</sup>.

Solicitado a escrever um artigo para a Revista CLAR sobre o mesmo tema, agora no contexto do tema geral do ano: “Identidad laical de la Vida Religiosa”, farei uma abordagem desde um outro ponto de vista, o “princípio da economia” ou “da misericórdia”, tão apreciado por nossas Igrejas-irmã do Oriente. Primeiramente, será preciso esclarecer o que se entende por “princípio da economia”, um assunto pouco usual entre nós da Igreja latina. Num segundo momento se deverá considerar como a partir daí entender o presbitariado dos religiosos.

### 1. O PRINCÍPIO DA OIKONOMÍA (OU “ECONOMIA”) <sup>3</sup>

A Igreja Oriental tem uma peculiaridade de no que diz respeito à aplicação da lei que pode ajudar para lidar com as situações concretas de forma muito mais humana do que o possibilitam os direitos romano e germânico que estão à raiz do direito canônico da Igreja Latina

e da respectiva interpretação das leis e sua aplicação casuística. É o princípio da “economia”. A razão de esse princípio se mostrar mais humano e mais livre que os princípios jurídicos da Igreja Latina, está em que a “economia” não é originariamente um princípio jurídico, mas teológico.

Etimologicamente *oikonomía* (“economia”) deriva de *oiknomein*, composto de *oikos* (casa e tudo o que lhe diz respeito) e *nemein* (distribuir, repartir, e, conseqüentemente, administrar). Daí que *oikonomía* signifique “a direção ou governo da casa”, a administração de tudo o que diz respeito à casa e, por extensão, simplesmente administração. No Novo Testamento aparece com o sentido de plano divino de salvação, querendo expressar como Deus administra sua “casa”, o projeto de Deus para salvação da humanidade (cf. Ef 1,9-10; 3,2-3), que consiste na sua “condescendência”, cuja expressão máxima é a encarnação do Verbo. É uma forma de agir que leva em consideração a fraqueza e pecaminosidade do ser humano.

Deus, porém, não realiza seu plano salvífico sem a colaboração humana. Assim Paulo entende sua missão apostólica como uma “economia” que lhe foi confiada por Deus (cf. 1Co 9,17). Por isso quer que o considerem “ministro de Cristo” (ou, traduzindo literalmente: remador sob o comando de Cristo) e “administrador/dispensador dos mistérios de Deus” (1Co 4,1). Especificamente essa tarefa lhe foi dada como servidor da Palavra de Deus (cf. Cl 1, 24-25). Segundo a carta a Tito, cabe ao “episcopo” a função e o título de *oikónomos* (cf. Tt 1,7).

A “economia” da ação salvífica de Cristo tem, pois, sua continuidade na Igreja. Nessa perspectiva se enquadra o sentido canônico do termo, cujo significado primeiro deve ser buscado no contexto teológico, a saber: o governo pastoral que deve estar enraizado no plano divino da salvação. Seu oposto é a *akribeia*, a severidade e o rigor na aplicação das normas da fé e dos costumes.

Em seu respeitado Dicionário do Grego Patrístico, depois de mencionar os sentidos mais óbvios de *oikonomia*, entre os quais a ação de Deus no diálogo com os homens na história da salvação, W. Lampe acrescenta como sentido: “adaptação dos meios aos fins, manejo prudente em qualquer questão”<sup>4</sup>.

Os latinos, por sua mentalidade formada pelo direito romano, tendem a pensar que a “economia” significa “dispensa da lei” ou exceção que a autoridade competente concede pela razão que for. Não assim na teologia oriental:

O que está em jogo não é uma exceção à lei, mas o empenho em resolver os problemas individuais no contexto geral do plano de Deus para a salvação do mundo. As estruturas canônicas podem às vezes ser inadequadas à plena realidade e universalidade do Evangelho e, por si mesmas, não dão a certeza de que, aplicando-as, se obedeça à vontade de Deus<sup>5</sup>.

O sentido da “economia” é, pois, ser uma imitação do amor, condescendência, sabedoria e misericórdia de Deus<sup>6</sup>. Não se trata de exceções à regra, mas

de interpretar as regras de acordo com o seu escopo, a construção da “casa de Deus”, a Igreja, de tal forma que a “economia” pode se tornar parte da própria regra.

Entretanto, como é comum entre os humanos, essa aplicação poderia significar relaxamento, laxismo. Por isso o Concílio in Trullo (680/681), cânon 102, acentua que a “economia” não deve ser usada com finalidades humanas, mas segundo o propósito de Deus para a salvação da humanidade<sup>7</sup>. Tal é a tradição da Igreja. Seguir a tradição, de acordo com este cânon, é não agir com “acribia” (severidade), mas conforme a tradição. É permitido aos pastores afastar-se da lei para a construção da Igreja.

Como concretamente é aplicada a “economia”, pode ser visto em alguns exemplos. O cânon 12 do Concílio de Nicéia (325) deixa ao bispo o encargo de decidir mais favoravelmente no que diz respeito aos soldados que fraquejaram por ocasião das perseguições<sup>8</sup>. Cabe, pois, ao bispo a prerrogativa de não aplicar a lei ao pé da letra, mas segundo a “economia”, poderíamos também dizer: “segundo a misericórdia”.

Basílio de Cesaréia († 379) em carta a Anfilóquio de Icônio († 403), texto incluído nas coleções jurídicas bizantinas, mostra essa atitude com relação ao batismo dos partidários de Novaciano que voltavam à Igreja. Em seu arrazoado adere primeiramente à posição de Cipriano de Cartago († 258), considerando inválido o batismo administrado por hereges. Esse princípio teórico severo (“acribia”) Basílio logo corrige no plano da prática

(“economia”): *“Se, porém, isto se torna um obstáculo à ‘economia’ geral (de Deus), deve-se recorrer de novo ao costume e seguir os Padres que regeram a ordem de nossas instituições”*<sup>9</sup>. Basílio se refere ao “costume” vigente “na Ásia”, onde, *“graças à ‘economia’ de muitos”*<sup>10</sup>, o batismo administrado por hereges era reconhecido válido. A justificativa de Basílio não é teológica, mas pastoral: *“para que a severidade do posicionamento não fosse um obstáculo à salvação de alguns”*<sup>11</sup>.

Em outra carta Basílio tenta acalmar o clero de Colônia, revoltado pela transferência de seu bispo Eufrônio à Sé de Nicópolis, contrariamente ao estabelecido pelo cânon 15 do Concílio de Nicéia. Basílio defende que a lei canônica que liga o bispo a sua diocese, deve ceder à “bela economia” (isto é, à excelente decisão) das autoridades que querem enviá-lo para Nicópolis, pois essa “economia” é *“necessária em razão das circunstâncias e útil à Igreja para a qual foi transferido”*<sup>12</sup>.

Mas o exemplo mais acabado de “economia” é dado pelo mesmo Basílio, quando, levando em conta as circunstâncias locais, não fala diretamente do Espírito Santo como “Deus” ou “consustancial” ao Pai e ao Filho, mas, de maneira mais discreta, evitando aqueles termos, expressa com suficiente clareza a divindade do Espírito Santo. Essa “economia” foi bem compreendida e aprovada por Atanásio, já avançado em dias, e por Gregório de Nazianzo, o amigo fiel<sup>13</sup>.

Até mesmo o feroso e intransigente Cirilo de Alexandria foi capaz de aplicar a “economia”, explicando-a com uma

elucidativa comparação marítima: *“A ‘economia’ manda, por vezes, que se abandone um pouco para ganhar mais, como os marinheiros que, numa tempestade, quando o navio está em perigo, lançam ao mar uma parte da carga para salvar o restante”*<sup>14</sup>. E, no caso, não se trata de uma “carga” qualquer, mas do dogma de Éfeso. Assim faz a paz com João de Antioquia sem exigir que este adote suas fórmulas<sup>15</sup>.

O cânon 2 do I Concílio de Constantinopla<sup>16</sup> usa o conceito de “economia” no sentido de qualquer diretiva pastoral eclesiástica, sempre no contexto da *construção da Igreja*. Crisóstomo acentua tanto a finalidade da construção da Igreja que, se uma decisão fosse para destruição, não seria “economia”<sup>17</sup>. Basílio, no final da carta 188 a Anfíloquio, afirma que, em princípio, se deve obedecer estritamente os cânones, mas, depois que os bispos Izois e Saturnino foram “admitidos na cátedra episcopal”, *“não podemos mais separar da Igreja”* os encratitas, *“pois, ao admitir esses bispos, editamos uma espécie de cânon que autoriza a comunhão com eles”*<sup>18</sup>.

Cedendo “diplomaticamente”, Basílio chama a atenção para outro aspecto da “economia”: *a preservação da unidade da Igreja*. Para Basílio, insistir em sua opinião não seria construtivo. Vale dizer: se, por acaso, manter-se na fidelidade aos cânones levasse à fragmentação da Igreja, a fidelidade não seria autêntica, pois contrariaria o espírito dos cânones por não edificar. Com isso podemos estabelecer que a “economia” não é uma espécie de dispensa ou enfraquecimento dos cânones em contraste com

a “acribia” (rigor); mas, pelo contrário, a *meta* fundamental dos cânones. Não significa, pois, “dispensa” da lei, o que equivaleria um desvio; “economia” não escapa da lei, mas a aplica de modo construtivo, de acordo com seu fim que é edificar a Igreja. “Acribia” não contrasta com “economia”, mas com costume (relaxado), isto é, com uma prática que muitas vezes se afasta da teoria. Portanto, a condição para se afastar da letra da lei é que a decisão beneficie, desenvolva e faça crescer a Igreja.

Os Padres por “economia” se afastam das formas externas da lei e mesmo dos “mistérios”<sup>19</sup>, mas não se afastam da verdade, à qual querem atrair o maior número de pessoas em vista da salvação<sup>20</sup>. Vale fundamentalmente a afirmação de Eulógio de Alexandria († 607): “*Pode-se com todo direito praticar a oikonomia sempre que a doutrina da piedade permaneça intacta*”<sup>21</sup>. Sem admitir compromissos em questões de fé, cabe aos bispos decidir o que é justificado por “economia”.

## 2. OS RELIGIOSOS PRESBÍTEROS À LUZ DO PRINCÍPIO DA “ECONOMIA”

Uma vez elucidado em breves traços o princípio da “economia”, perguntemos como ele ilumina a possibilidade de existirem religiosos presbíteros. Para isso será preciso considerar rapidamente a figura teológica do presbítero, o que faremos a partir da *lex orandi*, a “lei da oração” litúrgica da Igreja.

### 2.1. A figura do presbítero na teologia atual

Como em tantos setores da teologia e da prática eclesial, também com relação aos ministérios ordenados, o Vaticano II constituiu uma inflexão, resultante da volta às fontes escriturísticas, patrísticas e litúrgicas. A perspectiva anterior ao Vaticano II via o presbítero mais como o sacerdote e, portanto, enquanto pessoa individual investida de certo poder e dignidade especiais com relação ao restante povo de Deus, e considerava o bispo, na prática -senão na teoria também-, como simplesmente um presbítero dotado de maior amplitude jurisdicional. Fundamentalmente era a idéia de Jerônimo († 419) que viria a ser sistematizada pela Escolástica e canonizada pelo Concílio de Trento.

Mas, ao longo desses mesmos séculos de vigência da teologia presbiteral de Jerônimo, a liturgia latina continuava a instituir os presbíteros com uma oração que suplicava a Deus que agregasse esse diácono ao presbitério do bispo ordenante. Por participação no Espírito dado ao bispo o presbítero exerceria sua função, como os 70 anciãos no deserto receberam do espírito de Moisés<sup>22</sup>, e os filhos de Aarão, da plenitude da graça paterna<sup>23</sup>.

Talvez a indicação mais clara esteja na própria prece da liturgia romana, cuja mais antiga versão encontramos no Sacramentário Veronense (séc. VI). Ela

permaneceu praticamente inalterada, também depois do Vaticano II, até a 2ª edição típica do Pontifical, publicada em 1989 por ordem de João Paulo II. O bispo ordenante recorda como, no decurso da história da salvação, Deus sempre escolheu “varões de ordem subalterna e dignidade secundária” para auxiliar os chefes do povo (tipificados em Moisés com os setenta anciãos<sup>24</sup>) e os sumos sacerdotes (são lembrados Eleazar e Itamar, filhos de Aarão e sacerdotes a seu lado e para seu auxílio<sup>25</sup>). O mesmo aconteceu na nova aliança, quando Deus providencialmente agregou aos apóstolos uma plêiade de companheiros que os secundaram na pregação do Evangelho<sup>26</sup>. A consequência dessa anamnese da história da salvação é que o bispo se acha autorizado a pedir o mesmo para si, “*que, quanto mais frágeis nós somos, tanto mais deles (de auxiliares) precisamos*”<sup>27</sup>.

Tendo por mestra a oração litúrgica da Igreja, deve-se ver, pois, no presbítero um membro do presbitério do bispo local que, originariamente, existe para estar onde o bispo estiver, auxiliando-o com seu conselho e apoio. É, aliás, outra tônica das preces mais antigas: a súplica para que Deus envie sobre o ordinando “o Espírito de conselho”<sup>28</sup>. Nada mais lógico, pois a função do presbítero é participar do senado do bispo e aconselhá-lo sobre o governo da Igreja local.

O aumento numérico das comunidades cristãs, especialmente a partir da liberdade para o culto (começo do séc. IV), não permitia manter a prática de uma única eucaristia presidida pelo bispo.

Este passou, pois, a delegar a seus presbíteros a presidência da eucaristia nas Igrejas suburbicárias e, assim, pouco a pouco, os presbíteros cresceram em importância e em relativa independência em relação ao bispo, até chegar-se à teologia escolástica que considerava o presbiterado como o grau mais elevado do sacramento da ordem, pensando o bispo como um presbítero com especial poder de jurisdição. Somente no século XX, com o Vaticano II e a pesquisa e discussão que o precederam, se voltou à tradição mais original. Nessa perspectiva o Concílio declara solenemente que, pela ordenação episcopal, o bispo recebe “*a plenitude do sacramento da ordem*” (DH 4145; LG 21), enquanto os presbíteros “*constituem com o bispo um presbitério*” (DH 4153; LG 28). Vale dizer: a ordenação episcopal é sacramento e o presbítero só tem sentido como corpo ministerial relativo ao bispo.

A edição típica de 1989 apresenta uma prece de ordenação presbiteral reformulada que mantém, sim, a perspectiva da pertença do presbítero ao presbitério do bispo ordenante, mas acrescenta sua atuação pessoal nos múnus de ensinar, santificar e governar, sempre em comunhão com o bispo como membro do presbitério: “*seja um cooperador leal de nossa ordem*”, “*seja conosco fiel dispensador de teus mistérios*”, “*esteja unido a nós, Senhor, para implorar tua misericórdia*”. Aliás, o próprio pedido fundamental da prece, na epiclese ou invocação do Espírito Santo sobre o ordinando, mantendo o texto do Veronense, suplica -segundo o original latino- que o Pai dê ao ordinando “a dignidade do presbitério”, o que as traduções verná-



culas procuram tornar compreensível ao povo em geral, substituindo “presbitério” por “presbítero”.

O caráter colegial do presbiterado está plenamente na lógica dos ministérios segundo o Novo Testamento, onde aparece essa característica nos Doze, nos Sete (cf. At 6,1-6), no colégio dos presbíteros (cf. At 15,6; 1Tm 4,14). Aliás, todo ministério eclesial é colegiado: o ministério episcopal é primeiramente de um indivíduo que é constituído ministro da unidade de uma Igreja particular e assim a representa, e, por isso e a partir daí, é membro do colégio universal dos bispos sob a presidência do bispo de Roma; o ministério presbiteral é primeiramente colegiado e, então, secundariamente um ministério próprio a esta pessoa que o exerce individualmente. Nessa dialética entre grupo (colégio) e indivíduo deve ser entendido o ministério eclesial. E é também essa diferença na dialética colégio-indivíduo, no caso do bispo e do presbítero, que, entre outros elementos, constitui a diferença entre ambos os ministérios. O bispo é bispo de tal Igreja e, por isso, membro do colégio episcopal; o presbítero é membro deste presbitério e, por isso, ministro que exerce por si as funções que lhe cabem.

## 2.2. O religioso presbítero a partir do princípio da “economia”

O surgimento de monges ordenados presbíteros começou com a vida cenóbica e visava, primeiramente, a possibilitar a celebração da eucaristia nos cenóbios e, posteriormente, nos mosteiros. Bastavam dois ou três monges presbíteros

-não necessariamente o abade- para solucionar o problema. Há, porém, desde logo uma tendência a ordenar anacoretas, estilitas ou monges simplesmente como “recompensa” por sua vida evangélica, como também a busca de monges para ocupar as cátedras episcopais, quando se sentia necessidade de um bispo especialmente santo. Exatamente por essa busca, surgiu o princípio de que o monge deve fugir de duas categorias de pessoas: as mulheres (para não serem tentados a abandonar sua vida celibatária) e os bispos (para não acontecer de serem ordenados).

Posteriormente, com a valorização da missa como “boa obra”, obra meritória<sup>29</sup>, a multiplicação das missas pelos defuntos ou das “*missas penitenciais*”<sup>30</sup>, começa a expandir-se o número de monges presbíteros. O surgimento das ordens mendicantes traz consigo uma nova perspectiva. Os frades eram ordenados para melhor poderem exercer sua missão de pregar o Evangelho. Mas continuavam primeiramente como irmãos (“frades”). Finalmente, no séc. XVI, surgem as Ordens Clericais em que o “normal” é que seus membros sejam presbíteros, admitindo-se irmãos leigos como auxiliares nos serviços domésticos e gerais.

A partir das ordens mendicantes o Religioso Ordenado pode ser visto como uma força suplementar na evangelização. Por um lado, o relaxamento na vida privada de muitos presbíteros e bispos torna tanto mais necessária essa força subsidiária, sob pena de o povo de Deus permanecer na ignorância e na superstição. Por outro lado, trata-se de

tomar a sério o carisma próprio de cada pessoa que se expressa em sua pertença a determinada ordem ou congregação religiosa, enriquecendo a vida da Igreja através de uma atuação pastoral que passe pelo filtro da espiritualidade própria dessa família religiosa.

Nessa perspectiva da edificação da Igreja na fidelidade ao Evangelho -uma perspectiva claramente “econômica”- ordenam-se religiosos em presbíteros que não estarão ligados ao presbitério de determinada Igreja local. O privilégio da isenção torna-os dependentes diretamente do Papa, de maneira que no máximo se poderia considerá-los membros do presbitério do bispo de Roma. Mas, a partir da *lex orandi* explicitada na prece de ordenação, será preferível dizer que o religioso se torna presbítero ao ser agregado ao presbitério do bispo ordenante, que, no entanto, segundo o princípio da “economia”, o libera para uma ação pastoral mais ampla nos quadros de uma ordem ou congregação religiosa. Outra alternativa é sugerida pela pergunta feita pelo bispo, no ritual de ordenação atualmente vigente, por ocasião da ordenação: “*Prometes respeito e obediência ao bispo diocesano e ao teu legítimo superior?*” (No. 125). Neste caso, o religioso seria uma espécie de “curinga”, capaz de desempenhar sua função em qualquer presbitério, ocupando seu posto no presbitério do bispo do lugar para onde o superior maior o tiver destinado. Devendo, em si, pertencer a um presbitério, por “economia”, está dispensado da pertença a um presbitério determinado. Além da metáfora do curinga, poderia também se empregar outra, tomada da química: o religioso

presbítero tem uma “valência livre”, graças à qual se enquadra em qualquer presbitério e, a partir daí, exerce seu ministério como indivíduo.

## Notas

- <sup>1</sup> Cf. TABORDA, F., *El religioso presbítero: una cuestión disputada*, em: *Revista CLAR* 38 (2001 / No. 223), pp. 23-35.
- <sup>2</sup> Cf. ZAS-FRIZ, R., *Ministerio ordenado y vida consagrada*, em: *Manresa* 74 (2002), pp. 371-400; lo.: *El ministerio ordenado de la Compañía de Jesús; revisión de la bibliografía postconciliar*, em: *Estudios Eclesiásticos* 78 (2003), pp. 483-519.
- <sup>3</sup> Cf. DUCHATELEZ, K., *La notion d'économie et ses richesses théologiques*, em: *NRTh* 102 (1970), pp. 267-292; ID., *Ökonomie - ein Weg zur Vereinigung der Kirchen? Zum ökumenischen Dialog mit der östlichen Orthodoxie*, em: *Una Sancta* 28 (1973), pp. 166-175; MEYENDORFF, J., *La teologia bizantina: Sviluppo storici e temi dottrinali*, Casale Monferrato (AL), 1984, pp. 109-111; CONGAR, Y., *Propos en vue d'une théologie de l'«économie» dans la tradition latine*, em: *Irénikon* 45 (1972), pp. 155-206; LARIN, V., *The Ecclesiastical Principle of oikonomia and the ROCOR under Metropolitan Anastassy*, em: <http://www.russianorthodoxchurch.ws/01newstructure/pagesen/articles/vlarina.html>, acessado dia 03/10/06, pp. 2-7.
- <sup>4</sup> LAMPE, G. W. H., *A Patristic Greek Lexicon*, Oxford, 1961ss, pp. 942-943.
- <sup>5</sup> MEYENDORFF, Op.cit., 110.
- <sup>6</sup> Cf. KALLIS, A., *Ökonomie (I). II. Orthodoxe Kirche*, em: *LThK*<sup>3</sup> 7, pp. 1015-1016.
- <sup>7</sup> Cf. MANSI 11, pp. 987-988.
- <sup>8</sup> Cf. ALBERIGO, J. et al. (ed.): *Conciliorum Œcumenicorum Decreta*, 3ª edição, Bologna, 1973, pp. 7-8 (sigla: CCED). Literalmente: “*decidir algo mais humano sobre eles*”.
- <sup>9</sup> BASÍLIO MAGNO, *Carta 188 a Anfíloquio sobre os cânones 1*, em: *Saint Basile, Lettres II* (ed. Y. COURTONNE), Paris, 1961, pp. 120-131 (citação: 123, pp. 72-75). O original grego das palavras em itálico contém um verbo aparentado com a palavra *oikonomia*.
- <sup>10</sup> *Ib.*, 123, p. 64.
- <sup>11</sup> *Ib.*, 123, pp. 76-77.
- <sup>12</sup> ID. *Carta 227 aos clérigos de Colônia*, em: *Saint Basile, Lettres III* (ed. Y. COURTONNE), Paris, 1966, 30, pp. 12-16.
- <sup>13</sup> Cf. PRUCHE, B., *Introduction*, em: *Basile de Cesarée, Traité du Saint-Esprit* (Schr 17). Paris, 1947, pp. 1-104; aqui: pp. 12-23.
- <sup>14</sup> CIRILO DE ALEXANDRIA, *Epist. 56 ad Gennadium* (PG 77, 320); cf. ID., *Epist. 76 ad Atticum* (ib., 353).
- <sup>15</sup> Cf. CIRILO DE ALEXANDRIA, *Epist. 57 ad Maximum Diaconum Antiochenum* (PG 77, 320-321).
- <sup>16</sup> Cf. CCED, pp. 9-10.
- <sup>17</sup> Cf. JOÃO CRISÓSTOMO, *In 1 Cor Hom. 22, 2* (PG 61, 183).
- <sup>18</sup> BASÍLIO MAGNO, *Carta 188*, ob. cit., 124, l. 83-89.
- <sup>19</sup> Cf. *I Concílio de Constantinopla: cân. 7* (CCED, 35: normas para admitir na Igreja diversos tipos de hereges). BASÍLIO MAGNO, *Carta 188*, ob. cit., 123, l. 63 - 124. l. 89. Sob “mistérios” entendam-se os sacramentos. Segundo MEYENDORFF, ob. cit., pp. 110-111, a “economia” “constitui uma flexibilidade viva que vai além da interpretação legalista da validade sacramental”.
- <sup>20</sup> Neste sentido se poderia lembrar como possível aproximação do direito canônico da Igreja Latina o cânon 1752, o último do código de 1983, que diz “a salvação das almas (...), na Igreja, deve ser sempre a lei suprema”.
- <sup>21</sup> EULÓGIO, em: FÓCIO, *Bibliotheca*, cod. 227 (ed. R. HENRY), Paris, 1965, 4, 112 (citado por MEYENDORFF, ob. cit., 111, No. 14).



<sup>22</sup> A tipologia Moisés com os 70 anciãos se encontra nas mais antigas preces de ordenação que chegaram até nós: *Tradição Apostólica*, 7 (LODI, E. [ed.], *Enchiridion euchologicum fontium liturgicorum*. Roma, 1979, No. 284, pp. 159-160; doravante com a sigla EEFL); *Constituições Apostólicas* VIII, 16, 4 (EEFL No. 3459, p. 1754); *Sacramentário de Serapião* 27 (13), 2 (EEFL No. 576, pp. 345-346); *Testamento do Senhor* I, 29-30 (EEFL No. 799, pp. 512-513); *Sacramentário Veronense* (EEFL No. 1071, pp. 633-634). Também no rito copta (DENZINGER, H.: *Ritus Orientalium coptorum, syrorum et armenorum in administrandis sacramentis*. Vol. II. Würzburg, 1863, pp. 11-16) e na quarta prece de ordenação do rito melquita, onde os 70 são mencionados, mas não Moisés (*Rituale Melchitarum. A Christian Palestinian Euchologion* (ed. M. BLACK). Stuttgart, 1938. Texto grego: pp. 68-70; tradução ao inglês: pp. 101-103).

<sup>23</sup> A tipologia aarônica aparece somente no Sacramentário Veronense (cf. loc. cit. na nota anterior) e seus derivados até o presente Pontifical Romano de 1989. De resto, não consta em nenhuma das preces de ordenação, quer orientais, quer ocidentais, a que tive acesso.

<sup>24</sup> Cf. No. 11, 14-17. 24-25; Ex 18, 13-27.

<sup>25</sup> Cf. Ex 28,1 - 29,35; Lv 8,1 - 10,7; No. 3, 1-4.

<sup>26</sup> Cf. Lc 10, 1-11; Rm 16, 3,21; 2Co 8,23; Fl 2,25; 4,3; 1Ts 3,2; Fm 1.14.

<sup>27</sup> EEFL, loc. cit.

<sup>28</sup> Cf. *Tradição Apostólica* (loc. cit.: “o Espírito da graça e do conselho do presbitério”); *Constituições Apostólicas* (loc. cit.: “o Espírito da graça e do conselho”); *Testamento do Senhor* (loc. cit.: “o Espírito de graça, de conselho e de magnanimidade”).

<sup>29</sup> Via-se na presidência da eucaristia uma “obra” que aumentava o mérito ou a santidade do ministro.

<sup>30</sup> Missas encomendadas pelos fiéis penitentes para cumprirem a obrigação imposta no sacramento.

